



Capital social e participação nas hortas comunitárias: o caso de Cascais *Social capital and participation in community gardens: the case of Cascais*


Sónia Barata

 <https://orcid.org/0000-0002-5524-7890>
Universidade Aberta, Portugal.
soni_barata@sapo.pt

Rosana Albuquerque

 <https://orcid.org/0000-0002-9398-6715>
Universidade Aberta, Portugal.
rosana.albuquerque@uab.pt

João Simão

 <https://orcid.org/0000-0002-7274-8160>
Universidade Aberta, Portugal.
joao.simao@uab.pt

Recibido: 28-10-2018
Aceptado: 11-02-2019



Resumo

A literatura existente sobre o fenómeno de hortas urbanas tem-se debruçado essencialmente sobre o seu contributo para a sustentabilidade das cidades e sobre a importância ambiental deste tipo de iniciativas. A questão que colocamos neste estudo é a de compreender o processo de participação em programas de hortas urbanas de carácter comunitário e relacionar essa mesma participação com a promoção da sustentabilidade local. O que motiva os cidadãos a participar, como participam e quais os resultados dessa participação são as questões centrais que iremos abordar. Tendo como estudo de caso as hortas urbanas de Cascais, recorreu-se a entrevistas semi estruturadas aos utilizadores dos espaços hortícolas. A participação no programa de hortas comunitárias de Cascais é examinada através de uma análise às entradas (inputs), ao próprio processo em si e aos resultados (outputs) da participação. Concluímos que o reforço das relações sociais, a promoção da coesão e inclusão social facilitam o estreitamento das relações de vizinhança. Mais, ao favorecerem a aquisição de competências, estimulam a cidadania e a participação em outros projetos comunitários, contribuindo assim para empoderar os participantes, criando um cenário favorável à geração de capital social.

Palavras chave: capital social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, hortas comunitárias, participação.

Abstract

The literature on the phenomenon of urban gardens has focused essentially on their contribution to the sustainability of cities and the environmental importance of this type of initiatives. The question that we put in this study is to understand the process of participation in urban garden programs of community character and relate that same participation to the promotion of local sustainability. What motivates citizens to participate, how they participate and what the results of this participation are the core issues that we will address. Having as a case study the urban gardens of Cascais, we used semi-structured interviews to the users of the horticultural spaces. Participation in the community gardens program in Cascais is examined through an analysis of the inputs, the actual process itself and the outputs of the participation. We conclude that the strengthening of social relations, the promotion of cohesion and social inclusion facilitate closer relations of neighborhood. Moreover, by favoring the acquisition of skills, they stimulate citizenship and participation in other community projects, thus contributing to empowering the participants, creating a favorable scenario for the generation of social capital.

Keywords: participation, community gardens, sustainable development, social capital, empowerment.

Sumario

1. Introdução | 2. Revisão da literatura | 2.1. Hortas comunitárias e participação | 2.2. Hortas comunitárias e desenvolvimento sustentável | 3. Contexto | 4. Metodologia | 5. Resultados e discussão | 5.1. Porque é que os utilizadores participam | 5.2. Como participam os utilizadores | 5.3. Resultados da participação | 6. Conclusões | Referências bibliográficas

Cómo citar este artículo

Barata, S., Albuquerque, R. y Simão, J. (2019): "Capital social e participação nas hortas comunitárias: o caso de Cascais", *methaodos.revista de ciencias sociales*, 7 (2): 244-260. <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v7i2.256>

1. Introdução

Numa época em que se debatem os benefícios da participação cidadã, têm surgido um pouco por todo o lado iniciativas comunitárias que promovem a intervenção direta dos cidadãos na sociedade, como é o caso de projetos de agricultura urbana.

Muitas vezes apontadas como um modelo para a promoção da sustentabilidade, os projetos de hortas urbanas, em especial as de cariz comunitário têm vindo a proliferar e a ganhar cada vez mais adeptos. As recessões económicas, crises políticas e uma maior consciencialização da população relativamente aos problemas ambientais, explicam, em parte, a disseminação deste tipo de iniciativas. A agricultura urbana, para além de apresentar uma função de produção de alimentos, permite o aumento da segurança alimentar e a poupança de rendimento, contribuindo também para uma melhor qualidade de vida e a promoção de hábitos de vida mais sustentáveis.

As hortas urbanas surgem neste contexto de incerteza, como potencial ponto de partida para inverter a tendência de aumento da degradação social e ambiental dos centros urbanos. Em Portugal, as autarquias locais têm vindo a implementar estes projetos, fundamentando-os com reconhecidos benefícios ambientais e sociais e também com uma visão muito pragmática daquilo que é a gestão do território. Procuramos assim compreender a participação neste tipo de projetos e de que forma contribui para a promoção da sustentabilidade local.

Em termos ambientais, a existência de hortas comunitárias de carácter biológico contribui para a proteção da biodiversidade, melhoria do micro clima local, gestão de resíduos orgânicos mais eficiente e para a promoção e divulgação da agricultura biológica e sustentável, sendo também reconhecido o seu potencial de combate às alterações climáticas (Okvat y Zautra, 2011; Cabral et al., 2017). No campo económico é também reconhecido um contributo da participação em hortas urbanas na melhoria da economia familiar (Brown e Jameton, 2000; Holland, 2004; Algetert et al., 2016). Na vertente social, destacamos o potencial deste tipo de iniciativas para a criação de capital social. O reforço das relações sociais, a promoção da coesão e inclusão social que facilitam o estreitamento das relações de vizinhança, contribui para o desenvolvimento do sentido de comunidade (Holland, 2004; Poulsen et al., 2014; Shan y Walter, 2015). Ao favorecer a aquisição de competências, a participação neste tipo de programa estimula a cidadania, participação e o envolvimento em outros projetos e assuntos da comunidade, contribuindo para empoderar os participantes criando um cenário favorável à geração de capital social (Holland, 2004; Firth et al., 2011; Chan et al., 2015; Drake y Lawson, 2015). Ora, considerando o atual contexto urbano de degradação ambiental e social, a criação de capital social dentro de uma comunidade pode ser encarado como um fator determinante para a promoção do desenvolvimento sustentável local (Hancock, 2001; Glover et al., 2005a; 2005b), tornando as comunidades mais coesas, mais resilientes, capazes de lidar com os desafios constantes que se colocam às gerações atuais e futuras.

Orientados pelo modelo do voluntarismo cívico proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995) abordamos a participação, numa conceção abrangente, procurando assim compreender as razões e motivações dos utilizadores das hortas. Adotando a definição proposta pelos autores, que entende a participação como qualquer atividade que vise ou tenha como consequência, por via direta ou indireta, influenciar a ação governativa, pretendemos identificar o que os leva a participar e os benefícios esperados dessa participação. A opção pelo modelo de Verba e co-autores prende-se com a necessidade de alicerçar a investigação num modelo analítico que proporcione a compreensão dos *inputs* do processo de participação no programa de hortas, permitindo identificar os motivos pelos quais os cidadãos participam. Por outro lado, partilhamos a forma abrangente como a participação é encarada neste modelo, permitindo assim um melhor enquadramento deste conceito na nossa investigação.

O presente trabalho tem os seguintes objetivos de investigação:

- I. Identificar as motivações dos hortelãos para a participação no Programa;
- II. Caracterizar a participação no Programa;
- III. Caracterizar os resultados da participação no Programa.

O artigo está assim organizado. Começamos por explorar na Secção 2 os conceitos de participação, cidadania, empoderamento e capital social estabelecendo assim o quadro analítico teórico para a

compreensão das razões e motivações dos utilizadores das hortas, bem como para identificar os resultados dessa participação. Relacionamos ainda as hortas comunitárias com o desenvolvimento sustentável.

Em 2005 o município de Cascais, no âmbito da Agenda Cascais 21, desenvolveu o Programa de Hortas Comunitárias de Cascais. Uma breve descrição do espaço, as principais características das hortas e o seu modo de funcionamento são objeto da Secção 3. Na Secção 4, apresentamos o enquadramento metodológico da investigação, nomeadamente o método de recolha de dados, a amostra e a caracterização dos entrevistados. Segue-se a análise e discussão dos resultados na Secção 5. Vamos ver porque é que as pessoas participam, como é que participam e quais os resultados dessa participação. Começamos por identificar as motivações dos utilizadores para participar, ou seja, o que os levou a inscreverem-se no programa. De seguida, analisamos o processo de participação e descrevemos as relações estabelecidas entre os utilizadores, bem como as suas perceções relativamente à participação do ponto de vista individual, interpessoal e comunitário. Por último identificamos os resultados dessa mesma participação, ao nível da sua contribuição para o empoderamento comunitário, o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e para a geração de capital social. Por fim, fazemos uma breve conclusão do trabalho.

2. Revisão da literatura

O século passado ficou marcado por um crescimento sem precedentes dos aglomerados urbanos, com consequentes pressões demográficas e efeitos sobre o ambiente. Como nos alertava o Relatório Brundtland (WCED, 1987), as cidades deparam-se com problemas ao nível da degradação de infraestruturas, da qualidade do ambiente, ao mesmo tempo que as relações sociais se fragmentam e o individualismo prevalece.

A agricultura urbana pode ser entendida como a atividade agrícola praticada dentro ou na periferia dos centros urbanos e da qual resulta o cultivo, produção e criação de produtos alimentares e não alimentares. Também encarada como “uma indústria que produz, processa e vende alimentos, combustível, e outros outputs, como resposta às procuras básicas diárias dos consumidores que residem em locais intra urbanos ou peri urbanos” (Smit et al., 2001:2), a agricultura urbana pode adquirir diversas formas. Uma forma de agricultura urbana são as hortas urbanas, que normalmente correspondem a uma pequena parcela agrícola (agrupada ou não) onde são cultivados produtos hortícolas, plantas ornamentais e/ou florais. Um tipo de horta urbana são as hortas comunitárias que podem ir de um cultivo de um talhão individual inserido num espaço comum, até ao cultivo coletivo em espaços públicos, escolas e coletividades.

2.1. Hortas comunitárias e participação

Centramos as nossas atenções no entendimento da participação à luz do Modelo do Voluntarismo Cívico proposto por Verba et al. (1995). O modelo considera inúmeras formas de participação e não apenas o voto, como por exemplo, o envolvimento em campanhas, o trabalho informal na comunidade ou a intervenção regular e continuada em organizações da sociedade civil. Na obra *Voice and Equality*, Verba e co-autores dão-nos uma perspetiva sobre os fatores participativos, mencionando três indicadores que conjugados, criam a moldura do Modelo do Voluntarismo Cívico: recursos, envolvimento e recrutamento, com especial enfoque nos dois primeiros. Na sua perspetiva, a participação pode existir sem haver recrutamento, mas não pode ocorrer sem os recursos e sem envolvimento psicológico. Os autores destacam três tipos de recursos: tempo, dinheiro e competências cívicas argumentado que quando os cidadãos têm tempo e dinheiro, e aliando a isso certas competências cívicas, não só acabam por ter “mais probabilidade de participar como também de serem mais eficazes quando o fazem” (Verba et al., 1995: 271-272).

No que concerne ao envolvimento, são enumeradas algumas características comuns aos indivíduos com interesse na política e que influenciam a sua vontade de participar:

- Sentimento de eficácia política, que cria o sentimento de que podem fazer a diferença;
- Os valores cívicos que indicam que a participação será acompanhada pela gratificação psicológica de ter cumprido um dever;

- A consciência de grupo que leva os indivíduos a ter sentimentos de que estão ligados uns aos outros;
- A identificação com um partido político;
- Compromisso e empenho numa determinada política que o indivíduo gostaria de ver implementada.

Por último, como fator participativo, é apontado o recrutamento. Na sua perspetiva, os pedidos de envolvimento que tenham origem no local de trabalho, na igreja, ou outras organizações, acabam muitas vezes na participação efetiva.

A participação no contexto de projetos de hortas comunitárias tem evidenciado ter a capacidade de produzir efeitos democráticos contribuindo para influenciar os valores cívicos dos seus participantes (Glover, et al., 2005a), potenciando assim o seu papel de promotor da participação cívica e de práticas de vida mais sustentáveis. Por outro lado, a heterogeneidade característica destes projetos facilita a aprendizagem e a troca de experiências e conhecimentos (Krasny y Tidball, 2009).

Do ponto de vista comunitário, teoricamente a participação dos cidadãos alberga eficácia, uma vez que neste contexto, os indivíduos trabalham em conjunto para resolver problemas comuns, combatendo assim a “alienação e desempoderamento crescentes na atual sociedade de massas” (Perkins et al., 1996: 86). Este tipo de participação requer que os indivíduos trabalhem diretamente no projeto, e assim, ao relacionarem-se e ao tomarem decisões coletivas, terão mais oportunidades de se juntar a um grupo, tornar-se membro ativo da comunidade ou assumir outro papel de relevo no desenvolvimento da comunidade local (Firth et al., 2011).

O envolvimento e a participação em grupos podem ter consequências positivas para os indivíduos e para a comunidade (Portes, 2000), concretamente quando levadas a cabo entre relações de vizinhança (Carpiano 2006; Forrest e Kearns, 2001). É neste contexto que se estabelece a relação das hortas comunitárias com o capital social, assumindo-se estes espaços potenciais cenários para a produção de capital social (Hancock, 2001).

Sendo vasta a literatura e estudos na área do capital social, partilhamos a perspetiva do Banco Mundial de que o capital social deve ser visto, em última análise, no contexto do seu contributo para o desenvolvimento sustentável sendo possível adotar diversas abordagens que permitem estabelecer essa relação (Grootaert y Bastelaer, 2002).

As associações entre a participação em projetos de hortas comunitárias e as perceções de capital social ao nível individual e ao nível da comunidade têm sido objeto de análise, sendo esta participação positivamente associada à perceção de capital social (Alaimo et al., 2010). A interação dentro da comunidade, o sentido de pertença, as redes sociais, a confiança e a reciprocidade gerados nos projetos urbanos de hortas comunitárias, são considerados elementos essenciais do capital social e que resultam no empoderamento dos indivíduos (Kingsley y Townsend, 2006).

A partilha de recursos, proporcionada por este tipo de projetos, estimula as relações sociais que se estabelecem ao longo do tempo que passam na horta. Desta forma as interações sociais facilitadas pela participação no projeto podem albergar normas de reciprocidade e confiança entre membros, considerada esta a forma convencional de capital social (Hancock, 2001) e que corrobora a análise ao capital social de Robert Putnam (1993), para quem as redes, associados a normas de reciprocidade, têm valor. Mais, as hortas são considerados espaços para a participação ativa dos cidadãos na medida em que os participantes deliberam no sentido de tomarem decisões com impacto na zona onde residem e onde a horta se situa (Glover et al., 2005a).

As várias definições de empoderamento são consistentes com a ideia de se tratar de um processo intencional e contínuo centrado na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica e participação de grupo (Perkins y Zimmerman, 1995: 569-570). Os processos de empoderamento ao nível individual podem incluir a participação em organizações comunitárias. Ao nível organizacional, podem abranger a tomada de decisão coletiva e a liderança partilhada e a nível comunitário podem envolver a ação coletiva na gestão de recursos comunitários ou governamentais. É neste tipo de processo de empoderamento que se incluem os projetos de hortas comunitárias, apresentando-se como um cenário favorável à articulação de competências e forças individuais, estimulando comportamentos pro ativos para a mudança social e política (Crossan et al., 2016; Ghose y Pettygrove, 2014). No contexto das hortas comunitárias, o empoderamento pode ser encontrado nas ações coletivas de melhoria da qualidade de vida

na comunidade e nas ligações entre as organizações e a comunidade. Esta orientação para o *empowerment* fornece oportunidades aos participantes de desenvolverem conhecimentos e competências.

Neste enquadramento importa também abordar a relação da cidadania com a participação em projetos de hortas comunitárias. A participação é uma dimensão chave da cidadania e ambas são peças centrais da democracia, pelo que as questões ligadas a estes dois conceitos têm ocupado lugar de destaque no debate sobre as democracias contemporâneas (Albuquerque, 2013).

Nos últimos anos, as questões ambientais têm tido grande influência no desenvolvimento do conceito de cidadania. Em parte, essa influência deve-se por um lado ao carácter global dos problemas ambientais e, por outro, à ideia de que ambientalmente, os cidadãos têm mais responsabilidades que direitos (Dean, 2001). As iniciativas de hortas comunitárias têm sido apontadas como potenciais veículos para promover, a longo prazo, o envolvimento em novas formas de cidadania ecológica e ambiental (Middle et al., 2014; Turner, 2011).

2.2. Hortas comunitárias e desenvolvimento sustentável

As cidades são hoje exemplos do excesso de consumo de recursos, corroborando a chamada de atenção relativamente à necessidade de adotar estilos de vida compatíveis com o sistema ecológico do planeta (WCED, 1987).

Têm sido diversos os autores que relacionam projetos de hortas comunitárias com alguns dos temas relevantes do desenvolvimento sustentável (Quadro 1). Estes espaços são frequentemente referidos como tendo um papel preponderante como agentes de mudança para a sustentabilidade. Desempenham três funções essenciais na sociedade: a produção de alimentos frescos, muitas vezes de natureza biológica, o estímulo ao desenvolvimento de interações sociais e culturais, que geram um maior envolvimento entre os participantes e destes com a restante comunidade e a função de serem espaços de investigação, desenvolvimento e disseminação de técnicas e tecnologias relacionadas com a agricultura (Stocker y Barnett, 1998).

Quadro 1. Resumo da literatura sobre hortas comunitárias e desenvolvimento sustentável

Vertente ambiental	- Produção de alimentos frescos (Hale et al., 2011; Poulsen et al., 2014; Stocker y Barnett, 1998; Wang et al., 2014)
	- Contribuem para a proteção da biodiversidade e para promover a agro-biodiversidade e a ligação dos indivíduos à terra (Cabral et al., 2017; Clarke y Jenerette, 2015; Guitart et al., 2014; Holland, 2004)
	- Contribuem para a melhoria do micro clima local e da gestão de resíduos orgânicos (Turner, 2011)
	- Promovem a ligação dos indivíduos à natureza e a assuntos ambientais globais (Bendt et al, 2016; Hale et al., 2011; Poulsen et al., 2014; Turner, 2011)
	- Contribuem para a estabilização das alterações climáticas (Cabral et al., 2017; Okvat y Zautra, 2011)
	- Promovem a agricultura sustentável (Guitart et al., 2014; Holland, 2004)
	- Revitalizam espaços degradados e estimulam o orgulho próprio (Poulsen et al., 2014)
Vertente social	- Contribuem para a melhoria da saúde pública ao elevarem os padrões alimentares, proporcionarem hábitos de vida mais saudáveis e alterarem estilos de vida (Brown y Jameton, 2000; Hale et al., 2011; Holland, 2004; Okvat y Zautra, 2011; Turner, 2011; Twiss et al., 2011; Zanko et al., 2014)
	- Reforçam as relações sociais (Holland, 2004)
	- Constituem uma forma de terapia ocupacional (Pitt, 2014)
	- Promovem a coesão e inclusão social e o multiculturalismo (Ferris et al., 2001; Shan y Walter, 2015; Turner, 2011;)
	- Favorecem a educação, a aprendizagem, o treino e a aquisição de competências (Crossan et al., 2016; Firth et al., 2011; Krasny y Tidball, 2009; Poulsen et al., 2014; Shan y Walter, 2015; Walter, 2013)
	- Estimulam o estreitamento das relações de vizinhança (Comstock et al, 2010; Poulsen et al., 2014; Turner, 2011)
	- Promovem o sentido de comunidade (Chan et al., 2015; Firth et al., 2011; Middle et al., 2014)
	- Promovem a geração de capital social (Firth et al., 2011; Glover et al., 2005a; Glover et al., 2005b; Hancock, 2001)
	- Mobilizam e empoderam os cidadãos (Crossan at al., 2016; Ghose y Pettygrove, 2014)
	- Promovem a cidadania democrática e ambiental (Ghose y Pettygrove, 2014; Middle et al., 2014; Turner, 2011)
- Estimulam o orgulho próprio (Poulsen et al., 2014)	
- Favorecem o envolvimento e a participação (Drake y Lawson, 2015; Holland, 2004; Armstrong, 2000)	
Vertente económica	- Proporcionam o incremento das economias domésticas (Algert et al., 2016; Brown y Jameton, 2000; Holland, 2004)

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à dimensão social do desenvolvimento sustentável, as hortas comunitárias têm sido perspectivadas como espaços de equidade, em que as camadas da população mais desfavorecidas (aquelas com rendimentos mais baixos e que vivem em ambientes mais degradados) podem aceder a terrenos para a produção de alimentos. Assumem desta forma um papel facilitador do estreitamento das relações sociais promovendo a coesão social e o sentido de comunidade.

No campo económico, tem sido também estabelecida uma relação deste tipo de projetos com a possibilidade de incremento das economias domésticas familiares (Algert et al., 2016; Brown y Jameton, 2000; Holland, 2004).

Para além dos benefícios ambientais proporcionados pelas hortas urbanas tradicionalmente apontados como a melhoria do microclima local, a reutilização de resíduos e o potencial de combate às alterações climáticas, este tipo de agricultura favorece uma maior proximidade dos cidadãos com o sistema alimentar. Ao interagirem com a natureza, em particular com o solo e com a água, os participantes tornam-se parceiros no processo de crescimento e desenvolvimento dos alimentos. As hortas assumem assim um papel de destaque no aumento do comprometimento das comunidades com hábitos de vida mais saudáveis (Hale et al., 2011, entre outros).

3. Contexto

Localizado na Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Cascais apresenta uma taxa de analfabetismo abaixo das médias regionais e nacionais e uma estrutura de classes em que um terço ou mais da sua população pertence às classes sociais alta e média alta (35.8%) (Marktest, 2017). Apesar das assimetrias sociais e territoriais, em termos económicos, Cascais encontra-se entre os dez municípios com maior poder de compra, cerca de 25% acima da média do país (INE, 2017).

Criado em 2010 pelo Gabinete da Agenda Cascais 21 da Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Associação Criativa (<https://www.facebook.com/associacaocriativa>), o Programa de Hortas é atualmente gerido pela agência municipal Cascais Ambiente, e surge no âmbito do processo de Agenda 21 local. Apesar de oficialmente o Programa ter tido início em 2010, a primeira experiência de criação de um projeto de hortas surgiu no seio de um processo de participação, em 2009. O pedido proveio da Associação de Moradores do Alto dos Gaios (AMAG) (<https://www.facebook.com/AMAG.com.pt/>), que propôs a criação de uma área verde no bairro, utilizando os recursos naturais existentes, bem como a criação de uma horta comunitária.

Depois da implementação desta horta, vários cidadãos demonstraram interesse em que este tipo de espaços fossem criados junto às suas áreas de residência, nascendo assim a primeira Horta Comunitária, resultados de um processo *bottom up*.

Após estar em funcionamento o primeiro espaço hortícola, foi elaborado um regulamento geral que ainda hoje está em vigor. Em setembro de 2009 surge a segunda horta comunitária e desde então o número tem aumentado (Tabela 1).

Em Cascais, são onze as Hortas Comunitárias (2016) que integram o Programa distribuindo-se por todas as freguesias do concelho. Fazem parte integrante da Estrutura Ecológica do concelho e estão localizados em terrenos da autarquia, na sua maioria, em parques e espaços verdes de lazer. Estes terrenos são divididos em talhões de aproximadamente 30m² e equipados com abrigos para as ferramentas, compostores e pontos de água comuns, num total de 197 talhões (2016). Cada espaço é atribuído a um único titular/utilizador, no entanto a utilização da horta é feita por mais elementos, nomeadamente por familiares dos titulares.

Os participantes são selecionados por ordem de inscrição, considerando também a proximidade da sua residência em relação à localização da horta. Os horticultores recebem formação prática e teórica sobre agricultura sustentável e biológica, sobre as normas de convivência nos espaços comuns das hortas. Atualmente existe uma lista de espera de 1.400 pessoas e as inscrições encontram-se permanentemente abertas através de um processo online.

Tabela 1. Caracterização dos espaços hortícolas

Horta	Freguesia	Ano de criação	Nº Talhões	Área média do talhão
Horta Comunitária Alto dos Gaios	Estoril	2009	6	30 m ²
Horta Comunitária Outeiro de Polima	S. Domingos de Rana	2010	30	15 m ²
Horta Comunitária Bairro de S. João da Rebelva	Carcavelos e Parede	2010	17	30 m ²
Horta Comunitária Alto da Parede	Carcavelos e Parede	2011	18	30 m ²
Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores	Cascais	2013	24	30 m ²
Horta Comunitária Lombos	Carcavelos e Parede	2013	24	30 m ²
Horta Comunitária Adroana	Alcabideche	2014	28	30 m ²
Horta Comunitária Joaninhas	S. Domingos de Rana	2013	15	30 m ²
Horta Comunitária Quinta dos Gafanhotos	S. Domingos de Rana	2014	12	30 m ²
Horta Comunitária Mantero Bellard	S. Domingos de Rana	2015	6	30 m ²
Horta Comunitária Vale da Amoreira	Alcabideche	2015	17	30 m ²

Fonte: Elaboração própria. www.hortasdecascais.org e em www.cascaisambiente.pt.

4. Metodologia

Começamos por recolher alguns dados exploratórios entrevistando dois técnicos responsáveis pelo programa, onde foi possível obter informação sobre as especificidades de cada espaço, as regras gerais de participação no programa e sobre a perceção destes responsáveis sobre o processo de participação. Solicitamos a sua colaboração no sentido de nos facultarem o contacto de dois utilizadores com perfis muito diferentes em termos sociais, demográficos e económicos. Realizámos duas entrevistas, que foram precedidas de um contacto prévio de enquadramento feito pelo técnico municipal. Nestas entrevistas de teste foi utilizada a amostragem por contraste (Guerra, 2006).

De forma a dar resposta aos objetivos da pesquisa recorreremos a entrevistas semi-estruturadas face-a-face durante os meses de julho e agosto de 2017. Este tipo de entrevista oferece ao entrevistador e entrevistado uma ampla liberdade, assegurando que os temas relevantes são explorados (Corbetta, 2003). Para o efeito foi elaborado um guião com questões consideradas essenciais, sem no entanto seguir uma ordenação rigorosa das perguntas, deixando o entrevistado falar livremente, num estilo relativamente informal no quadro de “uma conversa com propósito” (Mason, 2006).

Deslocámo-nos a quatro hortas distintas (Adroana, Outeiro de Polima, Pinhal dos Navegadores e Quinta dos Lombos) a fim de realizar as entrevistas aos hortelãos presentes naquele momento havendo o cuidado de entrevistar indivíduos de sexo, idade, habilitações académicas e rendimentos diferentes. No total, realizaram-se nove entrevistas: cinco mulheres e quatro homens, com idades compreendidas entre os 31 e os 69 anos (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização dos utilizadores do programa entrevistados

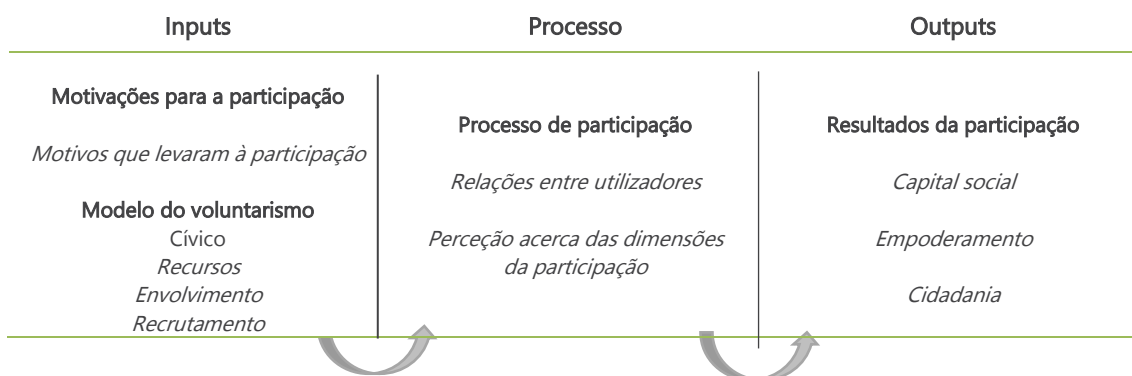
Nome/ Data da entrevista	Idade	Sexo	Formação Académica	Profissão
Almeida / 01-07-2016	47	M	4º Ano	Pedreiro desempregado
Madalena / 05-07-2016	37	F	12º Ano	Desempregada (publicidade)
Fátima / 25-08-2016	49	F	4º Ano	Empregada de limpeza
Leonor / 29-08-2016	44	F	12º Ano	Administrativa, desempregada
Martins / 29-08-2016	67	M	6º Ano	Emp. Escritório reformado
José / 30-08-2016	41	M	Licenciatura	Controlador de qualidade
Ângela / 30-08-2016	31	F	Licenciatura	Farmacêutica
Luis / 31-08-2016	64	M	9º Ano	Emp. Bancário aposentado
Bela / 31-08-2016	69	F	Licenciatura	Professora aposentada

Fonte: Elaboração própria.

Três dos entrevistados têm formação superior e dois têm apenas 4 anos de escolaridade. Os restantes quatro entrevistados têm formação académica situada entre o 6 e os 12 anos de escolaridade. No que diz respeito ao rendimento mensal do agregado, três dos entrevistados dispõem do ordenado mínimo, o equivalente a metade do salário médio líquido nacional¹ (SMLN), enquanto dois dos participantes apresentam rendimentos superiores ao dobro do SMLN. Quatro dos entrevistados possuíam rendimentos entre 1 e 1.5 deste valor de referência nacional.

A análise de conteúdo foi o método de tratamento de dados adotado na nossa pesquisa, tendo sido essencialmente temática e categorial, o que é o procedimento convencional neste tipo de dados recolhidos (Bardin, 1977; Flick, 2006). Tendo por base a análise ao processo de participação e adotando uma visão sistémica, as dimensões de análise centram-se nas entradas (inputs), ou seja porque é que as pessoas participam, no processo propriamente dito, tentando perceber como as pessoas participam e por último, nas saídas (outputs) do processo, isto é, os resultados da participação no programa de hortas (Quadro 2.).

Quadro 2. Análise ao processo de participação



Fonte: Elaboração própria.

¹O salário médio líquido mensal em Portugal em 2015 era de 1097€.

5. Resultados e Discussão

5.1. Porque é que os utilizadores participam

Procurando identificar as motivações dos participantes e tendo como moldura analítica o Modelo do Voluntarismo Cívico de Verba e colegas, começámos por relacionar a posse dos recursos (tempo, dinheiro e competências cívicas) com a participação. Verificámos que independentemente do nível de rendimento familiar e do tempo disponível, os cidadãos tomaram a iniciativa de participar. Os utilizadores com maiores rendimentos, que nem sempre dispõem de muito tempo disponível, foram motivados por fatores como o gosto pelo contacto com a terra e a natureza e a possibilidade de consumir produtos hortícolas de qualidade. Analisando as habilitações académicas dos nossos entrevistados constatámos que a motivação para participar é transversal a todos os níveis de ensino. No que diz respeito ao envolvimento, identificámos, a consciência de grupo que leva os indivíduos a sentir uma ligação uns com os outros. Madalena salienta a importância dessa ligação: “Há aqui um sentimento de pertença que nos é inculcado, apesar das terras não serem nossas, serem da Câmara de Cascais, nós é que estamos a tomar conta deste espaço (...) não é apenas a questão de sair daqui com um cestinho de hortícolas (...) Temos a questão de em comunidade fazer funcionar, não só o nosso talhão de terra, como a gestão de toda a horta”. José também salienta este aspecto: “Agora parece que pertença a algo... não é só à horta (...) parece que fui integrado num grupo”.

Nesta abordagem, constatámos que os fatores participativos que os nossos entrevistados evidenciaram diferem dos fatores apontados pelos autores do Modelo do Voluntarismo Cívico, oferecendo no entanto, novos olhares sobre as motivações subjacentes ao processo de participação, não anulando por isso a aplicação do modelo. A maior parte dos entrevistados apontou o gosto pelo contacto com a terra e com a natureza como uma das principais motivações para a sua participação no PHCC. A necessidade de uma vida mais pausada acabou por pesar na tomada de decisão de Madalena que “sentia muito a falta do contacto com as coisas de mais ligação à terra e necessidade de um afastamento da vida urbana, da cidade”. Outra perspectiva é a de Ângela que considera a sua participação na horta como terapêutica e entende que “os seres humanos, têm por natureza, uma ligação à terra”. Sendo a agricultura uma das formas mais comuns de contacto com a natureza, em contexto urbano (Shinew et al, 2004) os utilizadores veem estes espaços como locais onde as pessoas se podem juntar e afastar da pressão da vida quotidiana. Quer seja por proporcionar um escape para o stress do dia-a-dia, quer seja por permitir um contacto próximo com a natureza, os utilizadores têm a perceção dos benefícios da participação em hortas comunitárias, ao nível da melhoria da sua saúde e bem-estar e esse facto pesou no momento de decidir participar.

Nos países industrializados a agricultura urbana é muitas vezes vista como um mecanismo para alcançar um bom estado de saúde e uma melhor nutrição dos residentes nas áreas urbanas (Holland, 2004). A melhoria da alimentação familiar foi apontada como a principal motivação para a participação no programa, em especial devido ao carácter biológico da prática agrícola, esperando dessa forma obter benefícios ao nível da sua saúde e bem estar. Os participantes salientam a possibilidade de obter produtos hortícolas de maior qualidade, “produtos libertos de químicos, adubos, pesticidas...”, como refere José. Expressaram também a ideia de rejeitar o controlo exercido pelas grandes superfícies, que ditam o que os consumidores urbanos consomem e, para Leonor esta é uma questão importante: “(...) quando compro, deixo de saber o que estou a comer (...) se tivéssemos mais conhecimentos exigiríamos mais qualidade nos alimentos que comemos”. Mas a motivação para fazer crescer os seus próprios alimentos diz também respeito à sensação de liberdade de escolha, expressa nas palavras de Leonor: “(...) não ter que comprar produtos cultivados de forma industrializada, que foram sujeitos a processos de crescimento com adubos, fertilizantes químicos... (...)”.

Nos últimos anos surgiram receios acerca da qualidade dos produtos alimentares que consumimos, nomeadamente preocupações com o uso excessivo de produtos químicos, preocupações também expressas pelos nossos entrevistados. Martins realça a qualidade dos produtos: “Sabe bem comer produtos mais frescos, assim sabemos o que estamos a comer”. O reconhecimento de que os produtos que produzem nas suas hortas são melhores por não terem estado sujeitos a tratamentos e fertilizantes químicos expressa a relação que os horticultores estabelecem entre alimentação, nutrição, saúde e segurança alimentar (Kingsley y Townsend, 2006).

A agricultura industrializada e a sua produção e consumo em massa levou a um afastamento das pessoas em relação ao sistema alimentar, especialmente nos grandes centros urbanos. Acompanhar e ter

papel ativo no crescimento das plantas e muitas vezes “na morte” como refere Leonor, estimula a ligação do indivíduo à natureza resultando daí a valorização dos produtos hortícolas e uma maior preocupação sobre todos os fatores que contribuem para o processo de crescimento como a chuva, o sol ou a poluição. Isto quer dizer que se preocupam e tomam consciência destes e de outras questões mais globais. Esta valorização pode influenciar comportamentos e promover hábitos de vida mais compatíveis com os ecossistemas naturais favorecendo o desenvolvimento sustentável local. As atividades hortícolas comunitárias contribuem para o reconhecimento individual e coletivo da importância sociocultural dos alimentos, facilitando o envolvimento das pessoas com o sistema alimentar. Proporciona assim o caminho para o desenvolvimento de um compromisso a longo prazo com práticas de vida mais sustentáveis (Turner, 2011).

A poupança na economia familiar foi também identificada como uma motivação e um benefício esperado. Dois dos participantes, residentes num bairro de génese social, reconhecem os benefícios económicos de ter a sua própria produção. Ambos salientam a qualidade, mas o fator económico acaba por ter um peso maior. Fátima evidencia muito bem este duplo papel: “(...) o que eu levo para casa daqui é muito bom, é bom para a carteira e para saúde”. Para Almeida, com o seu trabalho na horta, deixou de ter que se “preocupar em comprar batata, tomate, milho, alfaces e outras coisas”.

De facto, muitos dos projetos de hortas comunitárias surgiram como resposta a diversos problemas tais como a exclusão social, pobreza, degradação ambiental e ausência de espaços de recreio e lazer. É reconhecido neste estudo que a participação na horta pode gerar poupança no orçamento familiar, não sendo todavia, neste contexto, o principal benefício esperado. No campo económico, a produção agrícola urbana pode potenciar um maior acesso de alimentos aos mais desfavorecidos, apoiando dessa forma o desenvolvimento urbano (Holland, 2004; WCED, 1987) e contribuindo para a sustentabilidade local.

Foram identificados dois tipos de motivações relativos à formação dos filhos. Por um lado, a possibilidade de poder proporcionar-lhes “um local em que possam estar em contacto com a natureza, que possam correr, sujar-se, semear, plantar, regar”, refere José. Por outro, proporcionar a oportunidade de aprenderem sobre esta temática. As tradições familiares e culturais foram outro dos motivos referidos pelos utilizadores para a sua participação. No que diz respeito à tradição cultural, os entrevistados de origem imigrante expressaram a importância destes espaços hortícolas, como nos conta Almeida: “(...) era uma coisa que fazia na minha terra, era agricultor e desde que mudei para o bairro a ideia era arranjar um sítio onde pudéssemos ter uma horta”. Por outra perspetiva, a motivação de origem familiar, focada nas lembranças de infância expressa por Leonor: “A nível familiar sempre houve uma tradição, e haver um quintal, não é..., o meu pai enquanto pôde sempre teve um pedacinho de terra que cultivava e eu desde criança que me habituei a ver isto e achava engraçado”. Neste contexto, as hortas comunitárias são vistas como espaços privilegiados para manter a ligação entre imigrantes e a sua herança cultural (Saldivar-Tanaka y Krasny, 2004). As hortas são também entendidas como mecanismos através dos quais indivíduos e comunidades preservam, expressam e afirmam a sua cultura (Draper y Freedman, 2010).

Para além deste papel de preservar tradições e práticas culturais, a participação em hortas comunitárias favorece a integração social. No espaço da horta as diferenças culturais traduzidas em conhecimentos agrícolas são apreciadas como nos conta Almeida: “eu trouxe plantas da minha terra que ninguém conhecia e dei para outros colegas, eles trouxeram da terra deles e deram-me para eu experimentar e acho isso muito bom.” Este contributo para a integração e coesão social é particularmente importante em comunidades multiculturais, como o são grande parte das grandes cidades da Europa e América do Norte. Esta função facilitadora da coesão social pode contribuir para criar comunidades mais fortes e resilientes, favorecendo desta forma o desenvolvimento sustentável local.

A ocupação do tempo livre foi também evidenciada pelos intervenientes como uma das razões que levou à participação. Martins, por exemplo afirma que não saberia como ocupar o tempo: “se eu não tivesse a horta o que é que andava a fazer?” As hortas comunitárias, enquanto espaços inclusivos, proporcionam aos seus utilizadores o sentimento de satisfação de ter alcançado alguma coisa. Esta questão, mais suscitada pelos entrevistados mais velhos, tende a contribuir para o combate ao isolamento e o estreitamento das relações de vizinhança. Enquanto ambientes heterogéneos que integram preservação ambiental, ativismo cívico, interações sociais, expressões culturais e segurança alimentar, as hortas comunitárias proporcionam o contexto ideal para a aprendizagem, contribuindo para uma população mais instruída, preocupada com o ambiente e que participa na vida cívica (Krasny y Tidball, 2009).

Por último, a maioria dos entrevistados manifestou esperar criar relações e conviver com os outros utilizadores e outros membros da comunidade, bem como adotar um estilo de vida mais saudável, quer pela

melhoria alimentar, quer por passarem tempo ao ar livre, em contacto com a natureza, bem como uma melhoria da qualidade de vida em geral. Para Sofia, a sua participação na horta permite “um estilo de vida mais de acordo com a natureza, mais sustentável” e salienta: “(...) faz-nos refletir sobre o que consumimos, como é consumido, sem dúvida contribui para uma melhor qualidade de vida.” A participação em atividades agrícolas comunitárias promove a ligação dos indivíduos a assuntos ambientais globais tais como a pegada ecológica, as alterações climáticas, a gestão da água e dos resíduos e potencia hábitos de vida mais saudáveis (Turner, 2011). Esta tomada de consciência relativamente ao excesso de consumo de recursos aliada à preocupação de adotar estilos de vida mais sustentáveis, traduz-se num importante contributo para a promoção do desenvolvimento sustentável local.

5.2. Como participam os utilizadores

Relativamente à forma como participam, a média de horas passadas no projeto varia entre duas e 30 horas semanais e a presença simultânea com outros utilizadores ocorre com muita frequência. A partilha de materiais, sementes e conhecimentos é também reconhecida de forma positiva por todos os entrevistados. José conta-nos que “tem a ver com a natureza do projeto. São hortas comunitárias, é suposto as pessoas interagirem e partilharem”. Madalena fala-nos um pouco de como funciona o projeto e de como se relacionam os participantes: “Os abrigos são comuns, para cada seis, sete pessoas. Cerca de três pessoas têm um ponto de água. Depois temos a liberdade de termos os nossos próprios materiais mas se tivermos que pedir aos vizinhos, pedimos. Acabamos na prática por quase todos termos as mesmas ferramentas e depois haver coisas que partilhamos, vou-lhe dar um exemplo, eu comprei um carrinho de mão, porque houve aí uma altura em que precisei do carrinho de mão para transportar algumas coisas e depois mandei um e-mail a dizer que este carrinho de mão passaria a ser da horta, todos nós podemos usá-lo e está aqui para todos usarem. Outro exemplo, eu fui comprar enxofre. O enxofre é baratíssimo, mas implicou uma deslocação de carro e por isso eu comprei mais do aquele que preciso e ficou para todos, ou por exemplo uma picareta, eu não tenho uma e quando preciso, vou pedir aos meus colegas, ou um dia que eu não trouxe a chave do abrigo e preciso de um regador... mas tem que haver bom senso, no fundo acabamos por usar os materiais uns dos outros”. Leonor salienta o sentimento de partilha entre os membros do grupo: “Partilhamos as frustrações, os sucessos e partilhamos também sementes, plântulas. Ainda este ano, as alfaves que plantei eram de outro hortelão, foi ele que me deu. Partilhamos também conhecimento, eu criei uma página no *Facebook* para trocarmos dúvidas e questões uns com os outros, porque às vezes não é fácil estarmos todos fisicamente à mesma hora, pelo menos fica na página do *Facebook*”.

O principal tema abordado entre os utilizadores é a própria horta, o seu desenvolvimento e a envolvente. Foi identificado um tema de conversa, menos frequente, mas com significado para o nosso contexto. As temáticas ambientais, incluindo assuntos ambientais globais, muitas vezes tema de conversa entre os utilizadores, como realça Madalena: “(...) falamos de assuntos a que todos somos sensíveis, por exemplo a compostagem, a reciclagem, a vida cívica em Cascais, a tudo isso nós somos sensíveis (...). Ângela salienta que “os hortelãos mais velhos já parecem entendidos em alterações climáticas e aquecimento global e assuntos desse género.”

A maioria dos entrevistados não se encontra com os colegas hortelãos fora do contexto das hortas mas manifestou ter relações próximas e de amizade com os restantes horticultores, desenvolvendo tarefas conjuntas e considerando benéficas as relações que mantêm entre si. Martins explica: “A gente só se encontra aqui na horta, mas quando é para ir comprar plantas vou com um colega, ele leva o carro e eu ajudo a escolher as plantas.” Madalena também nos descreve algumas das relações que se estabelecem entre os utilizadores: “Acabámos por nos tornar amigos uns dos outros, mas o ponto de encontro é aqui na horta (...) acontece muitas vezes fazermos coisas em grupo, irmos buscar estrume, ou dois de nós que vão comprar plantas juntos, ou por exemplo fazermos coisas em conjunto na horta. Por exemplo eu agora vou ajudar na horta de um colega e ele vem ajudar na minha, isso acontece muito. Eu em concreto, considero-me amiga dos meus colegas da horta, mas não combino coisas com eles porque já nos encontramos na horta, isto já é o nosso tempo livre”.

A perceção dos utilizadores entrevistados relativamente aos ganhos pessoais da sua participação foi positiva e vão ao encontro das motivações para participar, anteriormente identificadas. A preocupação com o consumo de produtos mais saudáveis é comum a todos os entrevistados. Martins refere que “a maioria

dos horticultores está a aproveitar para levar para casa produtos sem químicos, biológicos (...) porque aqui é tudo assim sem químicos. Ainda do ponto de vista individual, perspetivam a sua participação também como uma forma de convívio e uma forma de ocupar o tempo, sair de casa e estar mais tempo ao ar livre, como salienta Ângela: “O tempo que passo na horta passo-o de forma saudável, ao ar livre e em contacto com a terra, o que não aconteceria se não tivesse a horta. Depois, e isto não estava á espera, tornou-se muito agradável este convívio aqui na horta a partilha de conhecimentos, os ensinamentos dos mais velhos... é um ambiente muito saudável.” O contacto com a natureza é não só apontado como uma motivação, como também um ganho do ponto de vista individual para o participante. Esta necessidade de contacto com a terra e com a natureza e os seus benefícios ao nível da saúde e qualidade de vida foi claramente identificada. Os cidadãos, ao participarem em atividades hortícolas de carácter comunitário, tornam-se física e socialmente mais ativos (Kingsley y Townsend, 2006).

Na perspetiva interpessoal, a perceção dos utilizadores relativamente à participação no programa é também bastante positiva, trazendo à generalidade dos participantes uma maior consciência do consumo dos alimentos, dos espaços verdes, da produção biológica, das temáticas do desperdício, reciclagem, reutilização, que na opinião de Madalena “são assuntos que as pessoas das hortas são sensíveis”. Identificámos também o reconhecimento destes espaços como um “antidepressivo”. Ao estarem envolvidos no processo, os participantes estabelecem uma relação com a natureza, sendo esta uma forma de libertação de tensão (Kingsley y Townsend, 2006). Por último, a ocupação do tempo livre e o convívio gerado entre os utilizadores e a comunidade envolvente foram outros dos proveitos reconhecidos. Bela destaca esta a interação entre horticultores e com os moradores da zona envolvente: “É muito bom para ocupar o tempo e para conviver, mesmo as pessoas do bairro que não têm horta, passam por aqui e falam connosco, gostam de ver as hortas.” Este carácter mais social da participação nas hortas tende a favorecer o estreitamento dos laços de vizinhança, favorecendo uma comunidade mais coesa. José recorda que antes do projeto ter sido criado “(...) os reformados não sabiam o que fazer com o tempo livre (...) pessoas que moravam umas ao lado das outras e nem se conheciam. Agora as pessoas passam e dizem bom dia, acho que isso também é bom, ter uma comunidade que está mais ligada entre si.”

A perceção entre os utilizadores entrevistados sobre os benefícios para a comunidade são bastante mais abrangentes e vão para além das questões relacionadas com a alimentação e o contacto com a natureza. Madalena diz-nos que a participação no projeto “não é só cultivar, é o sentimento de pertença”. Salienta que os horticultores são “obrigados a gerir esta horta comunitária em conjunto” e rejeita a ideia individualista: “(...) não é só sobre o nosso talhão (...) há aqui um sentimento de pertença, que nos é inculcado”. Realça ainda que este esforço comum acaba por contribuir para uma maior consciência cívica: “(...) há aqui uma parte muito importante da consciência do poder que nós temos de intervenção no concelho (...). Ao participar num projeto municipal de participação cívica consegue-se ter uma consciência cívica muito mais presente do seu próprio poder de intervenção”. Os entrevistados de origem imigrante salientam que a agricultura está ligada à cultura africana e que o facto de os residentes no bairro poderem manter essa ligação às suas raízes, é muito positivo. Fátima realça o apreço pelas hortas na comunidade de origem africana: “Aqui há muitos africanos e africano tem que ter pedaço de terra para cultivar, faz parte da nossa maneira de ser...”. Outros destacam de forma positiva a utilização de terrenos sem utilidade ou devolutos para a implantação das hortas, como é o caso de Leonor salienta que este conceito de hortas acarreta o “benefício dos terrenos estarem ocupados e cultivados e de as pessoas tirarem algum proveito a todos os níveis, quer materiais, quer a nível de saúde”. Ângela acrescenta ainda a importância ambiental do projeto: “Estes terrenos estariam abandonados e assim estão ocupados e contribuem para uma melhor qualidade do ar.”

Em termos comunitários, os ganhos percecionados foram no sentido de encararem as hortas como um terceiro espaço, fora do ambiente do trabalho e de casa, onde as pessoas podem juntar-se e criar ligações, bem como identificarem-se como membros de uma comunidade (Glover et al., 2005a, 2005b). Ao tomarem decisões coletivas, como refere Madalena, é dada a oportunidade aos utilizadores de se juntarem a um esforço de grupo e tornarem-se membros ativos da comunidade (Stocker y Barnett, 1998).

5.3. Resultados da participação

Os resultados da participação identificados na nossa pesquisa vão ao encontro de conclusões apresentadas em estudos sobre o empoderamento, cidadania e capital social. Todos os entrevistados afirmaram ter obtido novos conhecimentos, não tendo relacionado diretamente essa aquisição com o ganho de novas competências. Ângela também salienta a “troca constante” e adianta que “o contacto com as outras pessoas tem sido muito positivo”. Comstock et al. (2010) e Poulsen et al. (2014) argumentam que as hortas comunitárias têm o potencial de empoderar os cidadãos para que tomem papéis mais ativos na sua vizinhança. Ao nível organizacional, os resultados do empoderamento podem incluir o desenvolvimento de redes, o próprio crescimento organizacional e favorecer a influência política. Esta construção teórica encontra terreno fértil neste tipo de projetos para o desenvolvimento do empoderamento ao nível comunitário, encontrando-se evidências de pluralismo e de recursos partilhados e um entendimento crítico do contexto social e político (Perkins y Zimmerman, 1995).

Ao estabelecer a relação entre a participação em projetos de hortas comunitárias e uma cidadania mais ativa procurámos saber se os utilizadores participam em mais algum projeto comunitário, sendo que apenas dois participantes o fazem. Em relação aos hábitos de informar as autoridades competentes sobre anomalias no espaço público ou outros problemas, apenas três dos utilizadores entrevistados não têm esse hábito, no entanto, os participantes manifestaram também a perceção de algumas alterações de comportamentos que entendemos contribuir para o exercício de uma cidadania mais ativa. José manifesta o sentimento de uma responsabilidade acrescida: “(...) eu já era muito consciente dos problemas ambientais, (...) mas este projeto fez-me perceber que há muitos benefícios sociais, nas hortas (...) o que me dá a obrigação de fazer mais pela comunidade.” Os problemas ambientais têm sido determinantes para o desenvolvimento do conceito de cidadania. O carácter global das questões ambientais e dos seus eventuais efeitos sobre a vida dos cidadãos é reconhecido pela generalidade dos entrevistados. Aliás, a ideia de que os participantes no projeto têm uma responsabilidade acrescida, não apenas ao nível do espaço da horta mas também da sua envolvente e do bairro, foi salientada pelos participantes, na perspetiva do exercício de uma cidadania mais ativa.

No contexto do capital social presente no PHCC, identificámos a existência de redes e grupos. Apesar da maioria dos participantes não estar inserida em mais nenhum grupo (apenas Almeida pertence a grupos informais no bairro), o grupo da horta constitui uma rede por si só com ligações a outras redes exteriores. No que diz respeito às normas e valores comuns, todos manifestaram a sua concordância sobre as regras do programa. Em caso de impossibilidade de cuidarem da horta os utilizadores deixariam a mesma a cargo de colegas hortelãos (exceto Almeida, que tem por hábito deixar as tarefas agrícolas a cargo da sua esposa ou filho), o que indicia uma relação de confiança. Por outro lado identificámos outra componente importante do capital social, a ação coletiva. Neste campo, afirmaram participar com regularidade em iniciativas de melhoria da horta e alguns referiram positivamente o convívio gerado entre os utilizadores, conforme nos conta Madalena: “Acontece por exemplo quando temos que fazer trabalhos em conjunto aqui na horta, ficamos depois a comer um petisco e a beber uma cerveja, temos ali uma mesa na zona comum para estarmos ali um bocadinho”.

Considerando as hortas comunitárias como potenciais espaços de construção da comunidade, à medida que os indivíduos participam no projeto, mais autonomia experienciam e mais as suas capacidades individuais são desenvolvidas, logo, maior é a acumulação de capital social que pode ser transferido para outras esferas sociais. A presença de capital social manifestou-se através da identificação de redes, normas e valores comuns, confiança entre os seus membros e pela ação coletiva. Pudemos constatar que ao participarem no programa, os utilizadores criaram e estreitaram os laços entre si, resultado do convívio gerado na horta, criando uma rede em si. Ora, esta intensificação das relações, permitiu um conhecimento interpessoal que de outra forma não existiria. De outro ponto de vista, as relações criadas entre os hortelãos permitiram gerar um sentimento de confiança que estimula a cooperação (Pretty y Ward, 2001), fazendo emergir redes de ajuda e colaboração que extravasam para a comunidade, gerando benefícios individuais e de grupo. A confiança vai sendo adquirida à medida que se fortalecem laços sociais, fruto das relações diárias na horta. As trocas recíprocas entre os seus membros e as normas e valores partilhados pelo coletivo permitem compartilhar também a responsabilidade de fazer parte do projeto. Todas estas evidências da presença de capital social presente nas hortas comunitárias refletem o seu potencial para a promoção da sustentabilidade local.

6. Conclusões

Procurámos com esta pesquisa abordar a agricultura urbana, na forma de hortas comunitárias, na perspetiva da participação dos cidadãos. Percorremos a participação no programa de hortas desde as suas entradas (inputs) até às suas saídas (outputs). O primeiro objetivo consistia em caracterizar as motivações dos utilizadores para a participação no programa. Verificámos que os cidadãos são motivados pelo gosto do contacto com a natureza, pela perspetiva da melhoria da qualidade da alimentação e em alguns casos pela possibilidade de poupança na compra de bens hortofrutícolas. Os utilizadores foram também motivados pela possibilidade de ocupar o tempo livre de forma saudável e de transmitir aos filhos conhecimentos e experiências relacionados com o meio ambiente e a natureza. Foi ainda identificada uma motivação de carácter familiar, ou seja, muitos hortelãos inscreveram-se no programa porque tinham raízes e recordações ligadas ao mundo rural.

Nas entrevistas realizadas identificamos a presença de uma componente afetiva nas motivações para a participação no programa. Não tendo sido objeto de análise nesta investigação, sugere-se o desenvolvimento de estudos que aprofundem a dimensão afetiva e emocional dos processos de participação neste tipo de projetos. No que diz respeito aos benefícios esperados da participação, identificámos que os utilizadores pretendiam a melhoria da alimentação familiar, não só pela possibilidade de produzir os seus próprios alimentos, sem recurso a produtos químicos, como também pelo sentimento de independência face aos produtos comercializados nas grandes superfícies. A poupança familiar proveniente desta produção própria foi também outro dos benefícios esperados. A melhoria da qualidade de vida resultante do contacto com a natureza bem como a ocupação do tempo livre e a adoção de um estilo de vida mais sustentável foram identificados como os principais benefícios esperados da participação no programa.

O segundo objetivo compreendia a caracterização da participação, como forma de entender como é que os utilizadores participam, que relações estabelecem entre si e quais as suas perceções relativamente aos benefícios da participação ao nível individual, interpessoal e comunitário. Com base nos dados apurados, constatámos que os utilizadores foram criando relações entre si, resultado do tempo passado na horta em comum, partilham materiais, sementes, conhecimentos e conversam sobretudo sobre os assuntos da horta e da sua envolvente. A obrigatoriedade da gestão dos espaços comuns conduziu ao estreitamento das relações e à necessidade de se articularem entre si, estimulando a criação do sentimento de pertença a um grupo e adquirindo assim uma maior consciência do coletivo.

Verificámos também que os hortelãos identificaram ganhos a nível individual, interpessoal e comunitário. Se por um lado reconhecem os benefícios que a participação no projeto lhes trás a nível individual e interpessoal relacionados com a alimentação e contacto com a natureza, por outro lado destacam essencialmente os ganhos para a comunidade, nomeadamente, a boa utilização dos espaços públicos, evitando a degradação de certas zonas, as interações entre os participantes e a criação do espírito de grupo e, por último, o despertar para uma cidadania mais ativa e uma maior consciência das problemáticas ambientais.

No terceiro objetivo propusemo-nos caracterizar os resultados da participação no projeto. Os dados recolhidos sugerem que as hortas comunitárias favorecem o empoderamento dos cidadãos através do seu contributo para o crescimento organizacional do projeto, que lhes vai proporcionando experiências *capacitantes* e *empoderadoras*. Também verificámos que os cidadãos envolvidos neste projeto estão mais atentos aos assuntos comuns e que a participação no projeto cria um sentimento de responsabilidade para com o espaço hortícola e sua envolvente, potenciando o envolvimento em outros assuntos da comunidade. Por último, constatámos que o programa reúne em si condições privilegiadas para a criação de capital social, pois possibilita a partilha de recursos, o estreitamento de relações, a aquisição de valores e normas comuns favorecendo o sentimento de confiança e que expressam o seu potencial para a criação de capital social.

Os benefícios das hortas urbanas, em especial as de carácter comunitário têm sido alvo de diversos estudos no âmbito do seu contributo para o desenvolvimento sustentável, especialmente a nível ambiental. Para além de todos os problemas ambientais associados aos grandes centros urbanos, as cidades atuais lidam ainda com graves problemas a nível social. A degradação das infraestruturas urbanas, a ausência de coesão social, as dificuldades de integração social, resultados dos fluxos migratórios que criam sociedades multiculturais, a quebra nas relações de vizinhança e o individualismo são alguns dos desafios que as autarquias locais enfrentam atualmente e nas quais as hortas comunitárias podem ter um papel relevante na inversão destas tendências.

A promoção da sustentabilidade e a participação ao nível local faz-se através do desenvolvimento de processos participativos, como também através da valorização dos recursos existentes, colocando-os à disposição dos cidadãos para fazer face às necessidades sentidas naquele território, sejam elas de carácter económico ou social, e nesta matéria, as hortas comunitárias devem ser encaradas como uma resposta objetiva e pragmática aos desafios futuros. Os resultados deste estudo apontam para o contributo da participação neste tipo de programas no desenvolvimento sustentável local muito em particular no âmbito da coesão social e na melhoria da qualidade de vida.

Referências bibliográficas

- Alaimo, K., Reischl, T. y Allen, J. O. (2010): "Community gardening, neighborhood meetings, and social capital", *Journal of Community Psychology*, 38 (4): 497-514. <https://doi.org/10.1002/jcop.20378>
- Albuquerque, R. (2013): *Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal (Vol. 41)*. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI.
- Algert, S., Baameur, A., Diekmann, L., Gray, L. y Ortiz, D. (2016): "Vegetable output, cost savings, and nutritional value of low-income families' home gardens in San Jose, CA", *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 11 (3): 328-336. <https://doi.org/10.1080/19320248.2015.1128866>
- Armstrong, D. (2000): "A survey of community gardens in upstate New York: Implications for health promotion and community development", *Health & place*, 6 (4): 319-327. [https://doi.org/10.1016/s1353-8292\(00\)00013-7](https://doi.org/10.1016/s1353-8292(00)00013-7)
- Bardin, L. (1977): *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bendt, P., Barthel, S. y Colding, J. (2013): "Civic greening and environmental learning in public-access community gardens in Berlin", *Landscape and Urban planning*, 109 (1): 18-30. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2012.10.003>
- Brown, K. H. y Jameton, A. L. (2000): "Public health implications of urban agriculture", *Journal of Public Health Policy*, 21 (1): 20-39. <https://doi.org/10.2307/3343472>
- Cabral, I., Keim, J., Engelmann, R., Kraemer, R., Siebert, J. y Bonn, A. (2017): "Ecosystem services of allotment and community gardens: A Leipzig, Germany case study", *Urban Forestry & Urban Greening*, 23: 44-53. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2017.02.008>
- Carpiano, R. (2006): "Toward a neighborhood resource-based theory of social capital for health: Can Bourdieu and sociology help?", *Social Science & Medicine*, 62 (1): 165-175. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.05.020>
- Chan, J., DuBois, B. y Tidball, K. (2015): "Refuges of local resilience: Community gardens in post-Sandy New York City", *Urban Forestry & Urban Greening*, 14 (3): 625-635. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.06.005>
- Clarke, L. y Jenerette, G. (2015). "Biodiversity and direct ecosystem service regulation in the community gardens of Los Angeles, CA", *Landscape Ecology*, 30 (4): 637-653. <https://doi.org/10.1007/s10980-014-0143-7>
- Comstock, N., Dickinson, L., Marshall, J., Soobader, M., Turbin, M., Buchenau, y Litt, J. (2010): "Neighborhood attachment and its correlates: Exploring neighborhood conditions, collective efficacy, and gardening", *Journal of Environmental Psychology*, 30 (4): 435-442. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2010.05.001>
- Corbetta, P. (2003): *Social Research: Theory, Methods and Techniques*. London: SAGE.
- Crossan, J., Cumbers, A., McMaster, R. y Shaw, D. (2016): "Contesting neoliberal urbanism in Glasgow's community gardens: The practice of DIY citizenship", *Antipode*, 48 (4): 937-955. <https://doi.org/10.1111/anti.12220>
- Dean, H. (2001): "Green citizenship", *Social Policy & Administration*, 35 (5): 490-505.
- Drake, L. y Lawson, L. (2015). "Results of a US and Canada community garden survey: shared challenges in garden management amid diverse geographical and organizational contexts", *Agriculture and Human Values*, 32 (2): 241-254. <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9558-7>
- Draper, C. y Freedman, D. (2010): "Review and analysis of the benefits, purposes, and motivations associated with community gardening in the United States", *Journal of Community Practice*, 18 (4): 458-492. <https://doi.org/10.1080/10705422.2010.519682>

- Ferris, J., Norman, C. y Sempik, J. (2001): "People, land and sustainability: Community gardens and the social dimension of sustainable development", *Social Policy & Administration*, 35 (5): 559-568. <https://doi.org/10.1111/1467-9515.t01-1-00253>
- Firth, C., Maye, D. y Pearson, D. (2011): "Developing "community" in community gardens", *Local Environment*, 16 (6): 555-568. <https://doi.org/10.1080/13549839.2011.586025>
- Flick, U. (2006): *An Introduction to Qualitative Research*. London: SAGE.
- Forrest, R. y Kearns, A. (2001): "Social cohesion, social capital and the neighbourhood", *Urban studies*, 38 (12): 2125-2143. <https://doi.org/10.1080/00420980120087081>
- Ghose, R. y Pettygrove, M. (2014): "Urban community gardens as spaces of citizenship", *Antipode*, 46 (4): 1092-1112. <https://doi.org/10.1111/anti.12077>
- Shinew, K., Glover, T. y Parry, D. (2004): "Leisure spaces as potential sites for interracial interaction: Community gardens in urban áreas", *Journal of Leisure Research*, 36 (3): 336-355. <https://doi.org/10.1080/00222216.2004.11950027>
- Glover, T., Shinew, K. y Parry, D. (2005a): "Association, sociability, and civic culture: The democratic effect of community gardening", *Leisure Sciences*, 27 (1): 75-92. <https://doi.org/10.1080/01490400590886060>
- (2005b): "Building relationships, accessing resources: Mobilizing social capital in community garden contexts", *Journal of Leisure Research*, 37 (4): 450-474. <https://doi.org/10.1080/00222216.2005.11950062>
- Grootaert, C. y Van Bastelaert, T. (2002): *Understanding and measuring social capital*. Washington: World Bank.
- Guerra, I. (2006): *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipeia.
- Guitart, D., Pickering, C. y Byrne, J. (2014): "Color me healthy: Food diversity in school community gardens in two rapidly urbanising Australian cities", *Health & Place*, 26: 110-117. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2013.12.014>
- Hale, J., Knapp, C., Bardwell, L., Buchenau, M., Marshall, J., Sancar, F. y Litt, J. (2011): "Connecting food environments and health through the relational nature of aesthetics: Gaining insight through the community gardening experience", *Social Science & Medicine*, 72 (11): 1853-1863. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.03.044>
- Hancock, T. (2001): "People, partnerships and human progress: building community capital", *Health Promotion International*, 16 (3): 275-280. <https://doi.org/10.1093/heapro/16.3.275>
- Holland, L. (2004): "Diversity and connections in community gardens: a contribution to local sustainability". *Local environment*, 9 (3): 285-305. <https://doi.org/10.1080/1354983042000219388>
- INE (2017): *Censos 2011*. Disponível na web: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao
- Kingsley, J. y Townsend, M. (2006): "'Dig in'to social capital: Community gardens as mechanisms for growing urban social connectedness", *Urban Policy and Research*, 24 (4): 525-537. <https://doi.org/10.1080/08111140601035200>
- Krasny, M. y Tidball, K. (2009): "Community gardens as contexts for science, stewardship, and civic action learning", *Cities and the Environment*, 2 (1): 1-18. <https://doi.org/10.15365/cate.2182009>
- Marktest (2017): *Classes sociais por concelho*. Disponível na web: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~7b0.aspx>
- Mason, J. (2006): *Qualitative Researching*. London: SAGE.
- Middle, I., Dzidic, P., Buckley, A., Bennett, D., Tye, M. y Jones, R. (2014): "Integrating community gardens into public parks: An innovative approach for providing ecosystem services in urban áreas", *Urban Forestry & Urban Greening*, 13 (4): 638-645. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2014.09.001>
- Okvat, H., y Zautra, A. (2011): "Community gardening: A parsimonious path to individual, community, and environmental resilience", *American Journal of Community Psychology*, 47 (3-4): 374-387. <https://doi.org/10.1007/s10464-010-9404-z>
- Perkins, D. y Zimmerman, M. (1995): "Empowerment theory, research, and application", *American Journal of Community Psychology*, 23 (5): 569-579. <https://doi.org/10.1007/bf02506982>
- Perkins, D., Brown, B. y Taylor, R. (1996): "The ecology of empowerment: Predicting participation in community organizations", *Journal of Social Issues*, 52 (1): 85-110. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Pitt, H. (2014): "Therapeutic experiences of community gardens: Putting flow in its place", *Health & place*, 27: 84-91. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>

- Portes, A. (2000): "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea", *Sociologia, problemas e práticas*, 33: 133-158.
- Poulsen, M., Hulland, K., Gulas, C., Pham, H., Dalglish, S., Wilkinson, R. y Winch, P. (2014): "Growing an Urban Oasis: A Qualitative Study of the Perceived Benefits of Community Gardening in Baltimore, Maryland", *Culture, Agriculture, Food and Environment*, 36 (2): 69-82. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Pretty, J. y Ward, H. (2001): "Social capital and the environment", *World Development*, 29 (2): 209-227.
- Putnam, R. (1993): "The prosperous community", *The American Prospect*, 4 (13): 35-42.
- Saldivar-Tanaka, L. y Krasny, M. (2004): "Culturing community development, neighborhood open space, and civic agriculture: The case of Latino community gardens in New York City", *Agriculture and Human Values*, 21 (4): 399-412.
- Shan, H. y Walter, P. (2015): "Growing everyday multiculturalism: Practice-based learning of Chinese immigrants through community gardens in Canada", *Adult Education Quarterly*, 65 (1): 19-34. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Smit, J., Nasr, J. y Ratta, A. (2001): "Cities that feed themselves", en Smith, J., Nasr, J. & A. Ratta, A. eds: *Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities*. 1-29. New York: The Urban Agriculture Network.
- Stocker, L. y Barnett, K. (1998): "The significance and praxis of community-based sustainability projects: community gardens in western Australia", *Local Environment*, 3 (2): 179-189. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Turner, B. (2011): "Embodied connections: sustainability, food systems and community gardens", *Local Environment*, 16 (6): 509-522. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Twiss, J., Dickinson, J., Duma, S., Kleinman, T., Paulsen, H. y Rilveria, L. (2003): "Community gardens: lessons learned from California healthy cities and communities", *American Journal of Public Health*, 93 (9): 1435-1438. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Verba, S., Schlozman, K. y Brady, H. (1995): *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London: Harvard University Press. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- Walter, P. (2013): "Theorising community gardens as pedagogical sites in the food movement", *Environmental Education Research*, 19 (4): 521-539.
- Wang, H., Qiu, F. y Swallow, B. (2014): "Can community gardens and farmers' markets relieve food desert problems? A study of Edmonton, Canada", *Applied Geography*, 55: 127-137. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>
- WCED - World Commission on Environment and Development (1987): *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa: Meriberica.
- Zanko, A., Hill, J., Estabrooks, P., Niewolny, K. y Zoellner, J. (2014): "Evaluating community gardens in a health disparate region: a qualitative case study approach", *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 9 (2): 137-169. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01363.x>

Breve CV de los autores:

Sónia Barata é mestre em Cidadania Ambiental e Participação pela Universidade Aberta, Portugal, e técnica superior do município de Sintra. As suas áreas de investigação e interesse são a sustentabilidade local e desenvolvimento comunitário.

Rosana Albuquerque é doutorada em Sociologia e professora na Universidade Aberta, Portugal. Tem centrado a sua investigação nas temáticas das migrações, racismo, participação cívica, cidadania, relações interculturais e de género, em articulação com a sustentabilidade social num mundo multicultural global.

João Simão é doutorado em Gestão, professor da Universidade Aberta, Portugal, e investigador no CAPP-Centro de Administração e Políticas Públicas. As suas áreas de investigação são o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social das empresas e o turismo, domínios em que tem publicado em diversos journals internacionais.